

Mauro Campbell Marques | Eduardo Arruda Alvim  
Guilherme Pimenta da Veiga Neves | Fabiano Tesolin

# Recurso Especial

*Prefácio*  
Nelson Nery Junior

**Editora Direito Contemporâneo**

Sócios fundadores Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim  
 Diretor Comercial Rafael Arruda Alvim Pinto  
 Diretor de conteúdo Felipe Toledo Moreira  
 Editora Cristiane Faria  
 Produção gráfica Bloco de Ideias  
 Capa Carla Lemos

**Revisor André de Azevedo Machado**

© desta edição [2022]

TOODS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especial-mente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de critica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 03-02-2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).  
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Recurso especial / Mauro Campbell, Eduardo Arruda Alvim, Guilherme Pimenta da Veiga Neves, Fabiano Tesolin – Curitiba, PR: Editora Direito Contemporâneo, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991301-6-8

1. Direito – Brasil 2. Direito civil 3. Recursos (Direito) – Jurisprudência - Brasil  
 4. Recursos (Direito) – Leis e legislação - Brasil I. Campbell, Mauro. II. Alvim, Eduardo Arruda. III. Neves, Guilherme Pimenta da Veiga. IV. Tesolin, Fabiano.

22-99149

CDU: 347.9:331 (81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Recursos : Direito civil 347.9:331(81)  
 Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# SUMÁRIO

## O RECURSO ESPECIAL

<b>CAPÍTULO 1 • ASPECTOS GERAIS E CONTEXTO PRINCIPIOLÓGICO DO RECURSO ESPECIAL.....</b>	<b>31</b>
1.1 Aspectos preambulares acerca do recurso especial no atual cenário do processo civil brasileiro.....	31
1.2 Conceito de recurso. Distinções e semelhanças em relação a institutos congêneres.....	34
1.3 O ato de recorrer como ônus.....	36
1.4 Os princípios fundamentais do processo civil de maior repercussão sobre o recurso especial .....	37
1.4.1 Princípio da inafastabilidade da jurisdição .....	37
1.4.2 Princípio da colegialidade .....	39
1.4.3 Princípio da taxatividade (“ <i>numerus clausus</i> ”) .....	40
1.4.4 Princípio da singularidade recursal (ou da unirrecorribilidade). Princípio da correspondência recursal.....	42
1.4.4.1 O sistema recursal inaugurado com a Constituição de 1988 e o princípio da singularidade recursal.....	44
1.4.5 A instrumentalidade das formas e a primazia do julgamento do mérito como princípios norteadores do CPC/15.....	47
1.4.5.1 Contexto jurídico-doutrinário do princípio da primazia da decisão de mérito.....	47
1.4.5.2 Princípio da primazia do julgamento do mérito no âmbito do recurso especial .....	49
1.4.6 Princípio da fungibilidade recursal .....	50
1.4.6.1 Interposição no “menor” prazo e dúvida objetiva acerca do recurso cabível.....	53

1.4.6.2	Inexistência de erro grosseiro.....	56
1.4.7	Princípio da fundamentação das decisões judiciais e sua vinculação com o princípio da dialeticidade recursal.....	59
1.4.8	Princípio da duração razoável do processo.....	63
1.4.9	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	65
<b>CAPÍTULO 2 • CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS E OS MECANISMOS CONGÊNERES DE IMPUGNAÇÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS.....</b>		<b>69</b>
2.1	Classificação dos recursos.....	69
2.1.1	Recurso principal (independente) e recurso adesivo (subordinado). Conceituação e aspectos gerais.....	69
2.1.1.1	O regime do recurso adesivo e sua aplicação no âmbito do recurso especial.....	71
2.1.1.2	Quem pode interpor recurso adesivo. Legitimidade recursal.....	74
2.2	Recurso de fundamentação livre e de fundamentação vinculada.....	76
2.3	Recursos ordinários e extraordinários.....	77
2.4	Recurso parcial e recurso total.....	80
2.5	Sucedâneos recursais.....	81
2.5.1	Pedido de reconsideração.....	81
2.5.2	Ações autônomas de impugnação.....	83
2.6	Outros institutos.....	84
2.6.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	84
2.6.2	Arguição de inconstitucionalidade.....	87
2.6.3	Reclamação.....	89
2.6.4	Incidente de assunção de competência.....	92
<b>CAPÍTULO 3 • O RECURSO ESPECIAL NO DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO.....</b>		<b>94</b>
3.1	Justificativa do recurso especial em contexto histórico-constitucional.....	94
3.1.1	A criação do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial.....	95
3.1.2	O atual perfil constitucional do recurso especial.....	99

3.1.2.1	Evolução legislativa do recurso extraordinário no plano do direito constitucional desde a primeira Constituição republicana até os dias atuais .....	101
---------	--	-----

## **CAPÍTULO 4 • ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL..... 108**

### 1ª PARTE

4.1	Requisitos Gerais de Admissibilidade dos Recursos Cíveis .....	108
4.1.1	Panorama geral sobre o tema .....	108
4.1.2	O juízo de admissibilidade enquanto ato decisório atrelado às questões preliminares .....	110
4.1.3	Natureza da decisão de admissibilidade recursal e os seus efeitos na formação da coisa julgada .....	112
4.1.4	Requisitos de admissibilidade dos recursos em geral .....	115
4.1.4.1	Requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos ..	117
4.1.4.1.1	Cabimento .....	117
4.1.4.1.2	Legitimação recursal .....	118
4.1.4.1.2.1	Legitimidade recursal quanto aos honorários advocatícios ...	122
4.1.4.1.2.2	Legitimidade recursal e as hipóteses de intervenção de terceiros .....	123
4.1.4.1.3	Interesse recursal .....	125
4.1.4.2	Requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos ..	130
4.1.4.2.1	Tempestividade .....	130
4.1.4.2.2	Regularidade formal .....	135
4.1.4.2.3	Fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer .....	137
4.1.4.2.3.1	Desistência do recurso .....	137
4.1.4.2.3.2	Renúncia ao direito em que se funda a ação (ainda como fato impeditivo do poder de recorrer) .....	141

4.1.4.2.3.3	Renúncia ao próprio direito de recorrer (fato extintivo do poder de recorrer) .....	142
4.1.4.2.3.4	Aquiescência à decisão enquanto fato extintivo do direito de recorrer.....	145
4.1.4.3	Preparo .....	146

## 2ª PARTE

4.2	A admissibilidade do recurso especial e dos requisitos que lhe são próprios .....	149
4.2.1	Jurisdição extraordinária e o recurso especial.....	149
4.2.2	O esgotamento das vias ordinárias, no conceito de <i>causa decidida</i> .....	151
4.2.3	Juízo de admissibilidade do recurso especial .....	155
4.2.4	As hipóteses de cabimento do recurso especial contidas no inciso III do artigo 105 da Constituição .....	158
4.2.4.1	Alínea "a" do inciso III, artigo 105, da CF/88.....	163
4.2.4.1.1	O cabimento do recurso especial diante da deficiência de fundamentação do acórdão recorrido. A violação do artigo 489, § 1º, incisos I a VI, do CPC/15 .....	173
4.2.4.2	Alínea "b", inciso III, artigo 105, da CF/88 .....	174
4.2.4.3	Alínea "c", inciso III, artigo 105, da CF/88.....	177
4.2.4.3.1	A demonstração analítica da divergência jurisprudencial em sede de recurso especial. Artigo 1.029, § 1º, do CPC/15 .....	181
4.2.5	Legitimidade em sede de recurso especial.....	184
4.2.6	Interesse recursal e suas particularidades no âmbito do recurso especial.....	185
4.2.7	Requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso especial. Regularidade formal .....	188
4.2.7.1	Tempestividade, quanto a aspectos objetivos no âmbito do recurso especial .....	190
4.2.7.2	Preparo, nas mitigações trazidas pelo atual CPC .....	193

4.2.7.3	A fundamentação adequada como condição para admissibilidade do recurso especial. O espectro amplo da Súmula 284/STF .	195
4.2.7.3.1	A deficiência na indicação dos dispositivos constitucionais embaixadores do recurso especial e dos preceitos de lei federais por contrariados .....	197
4.2.7.3.2	A necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos em que se baseou o acórdão objeto de recurso especial. Os <i>fundamentos suficientes</i> e as Súmulas 283/STF e 126/STJ.....	198
4.2.7.3.3	A deficiente fundamentação do recurso especial como aspecto formal insanável .....	201
4.2.7.4	Vícios formais suscetíveis de serem superados ( <i>relevados ou sanados</i> ) na admissibilidade do recurso especial (art. 1.029, § 3º, CPC/15).....	202
4.2.8	Prequestionamento .....	205
4.2.8.1	A acepção do termo “prequestionamento” .....	206
4.2.8.2	Breves considerações acerca da evolução constitucional do prequestionamento .....	212
4.2.8.3	O artigo 105, III, da Constituição Federal, e o prequestionamento.....	214
4.2.8.4	Prequestionamento explícito (numérico), implícito e ficto.....	219
4.2.8.5	Prequestionamento diante da persistência de omissão no acórdão recorrido. O recurso especial por violação do artigo 1.022, inciso II, do CPC/15 .....	224
4.2.8.6	Prequestionamento e matéria de ordem pública .....	228
4.2.8.7	Prequestionamento e voto vencido .....	232
4.2.9	Implicações práticas da comutação e distinção dos juízos de admissibilidade e de mérito em sede de recurso especial .....	233

4.2.10	Impossibilidade de reapreciação de matéria fática (Súmula 07 do STJ) e de mera revisão de cláusula contratual (Súmula 05 do STJ). Requalificação jurídica dos fatos.....	237
4.2.10.1	Prova legal e reavaliação da prova .....	242
4.2.10.2	Mitigação da impossibilidade de revisão de matéria fática em sede de recurso especial .....	244
4.2.10.3	Impossibilidade de revisão de cláusula contratual.....	245
4.2.11	A inviabilidade de correção, pura e simples, de injustiças pela via do recurso especial .....	247
4.2.12	O problema das normas federais que contêm, em si mesmas, conceitos vagos .....	248
4.2.13	Arguição de relevância. Expectativa da criação de filtro na admissibilidade do recurso especial.....	251
<b>CAPÍTULO 5 • RECURSO ESPECIAL, PROCEDIMENTOS E EFEITOS.....</b>		<b>255</b>
5.1	O processamento do recurso especial.....	255
5.1.1	Normas de regência. Considerações preambulares acerca do processamento do recurso especial .....	255
5.1.2	Procedimentos nos tribunais de origem.....	257
5.1.3	Procedimentos perante o Superior Tribunal de Justiça.....	259
5.1.3.1	Atuação do Ministro Presidente e do relator.....	259
5.1.3.2	Os poderes (ampliados) do relator na condução e julgamento do recurso especial (art. 932, CPC/15) .....	261
5.1.3.3	Julgamento colegiado do recurso especial.....	264
5.1.3.3.1	O artigo 939 do CPC/15 e a superação das preliminares no julgamento colegiado do recurso especial.....	267
5.1.4	A litigância de má-fé e a sanção aplicável ao recurso especial protelatório.....	268
5.1.5	Os honorários advocatícios e o recurso especial .....	270
5.1.5.1	Alteração pelo STJ, em viés de excepcionalidade, do critério de fixação dos honorários sucumbenciais quando excessivos ou ínfimos.....	270
5.1.5.2	A majoração dos honorários sucumbenciais em caso de insucesso do recurso especial. A sucumbência recursal..	271



5.1.6	O alcance temporal do CPC/15 e os Enunciados Administrativos do Superior Tribunal de Justiça.....	273
5.2	Efeitos inerentes ao recurso especial.....	277
5.2.1	Efeito devolutivo.....	277
5.2.2	Efeito suspensivo.....	282
5.2.2.1	Eventual atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, mediante tutela provisória, no contexto do CPC/15 .....	284
5.2.2.1.1	O aparente conflito entre a tutela provisória de urgência e o <i>due process of law</i> (art. 5º, LIV, CF).....	285
5.2.2.1.2	O cabimento, em caráter excepcional, de efeito suspensivo (tutela provisória) em sede de recurso especial. A concessão <i>ope iudicis</i> de efeito suspensivo no processamento do <i>REsp</i> .....	286
5.2.3	Efeito translativo.....	290
5.2.4	Efeito substitutivo.....	295
5.2.5	Efeito expansivo.....	297
<b>CAPÍTULO 6 • AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.....</b>		<b>300</b>
6.1	Generalidades acerca do duplo juízo de admissibilidade do recurso especial .....	300
6.2	Considerações iniciais sobre o agravo em recurso especial ( <i>AREsp</i> )....	302
6.3	Requisitos do agravo em recurso especial. Regularidade formal.....	303
6.4	Recorribilidade no tribunal de origem da decisão que inadmite <i>REsp</i> : agravo interno <i>versus</i> agravo em recurso especial.....	305
6.5	O <i>AREsp</i> diante da multiplicidade de fundamentos da decisão que não admite recurso especial .....	309
6.6	Etapas procedimentais do agravo em recurso especial.....	312
6.6.1	Interposição e tramitação do <i>AREsp</i> perante o tribunal de origem.....	312
6.6.2	Coexistência de <i>AREsp</i> e de recurso para o Supremo Tribunal Federal ( <i>REExt</i> ou <i>AREExt</i> ).....	313
6.6.3	Procedimentos do <i>AREsp</i> no Superior Tribunal de Justiça .....	315

<b>CAPÍTULO 7 • AGRAVO INTERNO E EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>318</b>
7.1 Generalidades do agravo interno e dos embargos de declaração .....	318
7.2 Agravo Interno .....	318
7.2.1 Nomenclatura, conceito e natureza jurídica .....	318
7.2.2 Tempestividade .....	320
7.2.3 Preparo .....	322
7.2.4 Hipóteses de cabimento .....	322
7.2.5 Regularidade formal .....	325
7.2.6 Etapas procedimentais e sanção jurídico-processual em caso de manifesta improcedência .....	326
7.3 Embargos de Declaração .....	329
7.3.1 Previsão legal, conceito e natureza jurídica .....	329
7.3.2 Tempestividade e preparo .....	332
7.3.3 Pronunciamentos embargáveis no Superior Tribunal de Justiça	333
7.3.3.1 Hipóteses e causas de obscuridade em decisões judiciais .....	334
7.3.3.2 Decisões contraditórias .....	334
7.3.3.3 Decisões omissas .....	336
7.3.3.4 Decisões maculadas por erro material .....	338
7.3.4 Efeitos dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça e as sanções jurídico-processuais em caso de intuito procrastinatório .....	340
7.3.5 A evolução do entendimento sumulado pelo STJ acerca da (des)necessidade de reiteração do recurso após julgamento dos embargos declaratórios (art. 1.024, § 5º, CPC/15) .....	344
7.3.6 Tramitação dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça .....	345
7.4 O julgamento colegiado eletrônico dos embargos declaratórios e do agravo interno. A pauta virtual no Superior Tribunal de Justiça .....	346
<b>CAPÍTULO 8 • EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>349</b>
8.1 Considerações iniciais sobre os embargos de divergência .....	349
8.2 Contexto histórico-normativo .....	352

8.3	Finalidade dos embargos de divergência.....	354
8.4	Requisitos extrínsecos.....	356
8.4.1	Prazo de interposição.....	356
8.4.2	Regularidade formal.....	357
8.4.3	Preparo.....	358
8.4.4	Interesse recursal.....	359
8.5	Hipóteses de cabimento dos embargos de divergência, com parametrização em contexto de múltiplas Súmulas.....	360
8.6	Outras especificidades dos embargos de divergência.....	367
8.6.1	Acórdão paradigma.....	367
8.6.2	Demonstração analítica da divergência.....	368
8.6.3	Similitude fática e jurídica entre os julgados confrontados.....	369
8.7	Efeitos dos embargos de divergência.....	371
8.8	Competência e procedimentos dos embargos de divergência.....	372
8.9	Da (eventual) necessidade de cisão do julgamento.....	373
8.10	Possibilidade de adoção de uma terceira tese.....	376
8.11	Sistemática dos recursos repetitivos em sede de embargos de divergência.....	377
8.12	Do óbice à formação da coisa julgada.....	377
	<b>CAPÍTULO 9 • RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....</b>	<b>379</b>
9.1	Introdução acerca da concepção dos precedentes judiciais.....	379
9.2	Considerações gerais sobre o regime de julgamento dos “casos repetitivos”.....	385
9.3	Sistema de precedentes do CPC/15, no contexto jurídico-normativo dos recursos repetitivos.....	386
9.4	Conceito e natureza jurídica.....	390
9.5	Procedimentos e vicissitudes.....	391
9.5.1	1ª Etapa: seleção, afetação e admissibilidade dos recursos-pilotos, e sobrestamento dos processos correlatos.....	393
9.5.1.1	Desdobramentos no tribunal de origem acerca da seleção dos recursos representativos da controvérsia, em atos judiciais e de gestão judiciária.....	396

9.5.1.2	Regime de afetação perante o Superior Tribunal de Justiça, na condução pelos ministros Presidente e relator.....	398
9.5.1.3	A técnica da distinção ( <i>distinguishing</i> ) como mecanismo regulador do alcance dos precedentes em sede de recursos repetitivos.....	399
9.5.2	2ª Etapa: atos preparatórios para o julgamento colegiado .....	402
9.5.3	3ª Etapa: julgamento – formação de precedente obrigatório....	403
9.5.4	4ª Etapa: aplicação expansiva do precedente.....	405
9.6	A revisão ou revogação de teses firmadas em sede de recurso repetitivo .....	408
9.7	Outras considerações acerca do recurso especial repetitivo.....	410

## DIREITO COMPARADO

<b>CAPÍTULO 10 • OS RECURSOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE SUPERPOSIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL ESTRANGEIRO.....</b>	<b>415</b>	
10.1	Considerações gerais acerca dos tribunais de superposição.....	415
10.2	França: a origem da Cassação sob a influência do ideal revolucionário.....	416
10.3	Estados Unidos da América e a influência do <i>writ of certiorari</i> sobre o recurso especial brasileiro .....	422
10.4	O tribunal de cassação italiano e a sua função de preservar a uniformidade na aplicação do direito.....	423
10.5	O recurso de revisão na Alemanha: compatibilidade entre a uniformização da jurisprudência e o interesse do recorrente .....	435
10.6	O recurso de revista português: predominância do efeito substitutivo.....	436
10.7	O recurso de cassação espanhol.....	444
10.8	A proximidade do recurso de cassação argentino com o recurso especial brasileiro .....	448
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>451</b>	
<b>ÍNDICE DE AUTORES .....</b>	<b>467</b>	
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>477</b>	